



ESTADO DO PIAUÍ

Prefeitura Municipal de Teresina

**ETURB** - Entidade Autárquica Teresinense de Desenvolvimento Urbano

## JUSTIFICATIVA DA ATUALIZAÇÃO E READEQUAÇÃO DOS VALORES ESTIMADOS

Em atendimento às diligências constantes no **Despacho nº 18/2026 - PROCURADORIA/SEMA**, apresenta-se a presente justificativa acerca da atualização e readequação dos valores estimados constantes no Termo de Referência, providência que foi realizada no mês de **novembro de 2025**, anteriormente à presente manifestação.

Inicialmente, o valor global indicado no Termo de Referência correspondia a **R\$ 2.099.655,30**, contemplando, de forma agregada, tanto os serviços técnicos especializados quanto a aquisição de equipamentos necessários à execução do projeto.

Contudo, no mês de novembro de 2025 foi realizada **atualização técnica das planilhas orçamentárias**, acompanhada da revisão da pesquisa de preços e da adequação metodológica da estimativa de custos. A partir dessa reavaliação, os valores passaram a ser apresentados de forma individualizada, considerando a natureza distinta das contratações envolvidas.

Com a atualização realizada, foram apurados os seguintes valores estimados: **R\$ 1.723.586,57**, correspondente à contratação dos serviços técnicos especializados, com base nos parâmetros da **Tabela de Consultoria do DNIT - julho de 2025**, e **R\$ 490.090,00**, referente à aquisição de equipamentos permanentes, apurado mediante pesquisa de mercado realizada por meio do **Banco de Preços, em novembro de 2025**.

Assim, a estimativa consolidada do projeto passou a perfazer o montante global de **R\$ 2.213.676,57, valor orçado abaixo do repasse exposto na proposta (11403686), de R\$2.727.000,00**.

A presente manifestação possui natureza exclusivamente **explicativa e justificativa**, tendo por finalidade esclarecer a metodologia adotada para a atualização da estimativa de custos e demonstrar a regularidade do procedimento realizado.

No que se refere à fundamentação jurídica, destaca-se que a **estimativa do valor da contratação constitui etapa obrigatória da fase preparatória**, nos termos da Lei nº 14.133/2021. O referido diploma legal determina que a Administração elabore orçamento estimado compatível com os valores de mercado, apresente motivação expressa para a formação de preços e demonstre a adequação econômica da contratação, em observância aos princípios do planejamento, da economicidade e da eficiência.

A atualização realizada observou tais diretrizes, tendo sido fundamentada na adoção de **referência técnica oficial atualizada**, mediante utilização da **Tabela DNIT - julho de 2025**, amplamente utilizada na Administração Pública para composição de custos de serviços de engenharia e consultoria técnica. Além disso, foram revisadas as composições analíticas de custos, com atualização de insumos e coeficientes técnicos, bem como realizada nova pesquisa de mercado para a estimativa dos valores referentes aos equipamentos.

A diferença entre o valor inicialmente indicado e o valor posteriormente consolidado decorre, portanto, de **readequação técnica e atualização metodológica da estimativa de preços**, não representando alteração indevida do objeto contratual nem majoração arbitrária de custos.

Quanto às fontes utilizadas para a formação da estimativa, registra-se que a pesquisa de preços observou as diretrizes estabelecidas pela **Instrução Normativa SEMA nº 01/2022**, aprovada pelo **Decreto Municipal nº 22.042/2022**, no que se refere à utilização de fontes referenciais idôneas e verificáveis para aferição dos valores de mercado.

Para os serviços técnicos especializados foram adotados parâmetros constantes na **Tabela de Custos Referenciais de Consultoria do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT**, instrumento amplamente utilizado na Administração Pública para composição de custos de serviços de engenharia e consultoria. Tal metodologia encontra respaldo no **art. 23 da Lei nº 14.133/2021**, que autoriza a Administração a utilizar, para fins de estimativa de valor da contratação, dados provenientes de bancos de preços, contratações similares de outros entes públicos e tabelas referenciais oficiais.

Dessa forma, a metodologia adotada assegura a aderência da estimativa aos valores praticados no mercado, bem como a transparência na formação de preços e a observância dos princípios que regem as contratações públicas.

Registra-se, ainda, que os processos relativos à contratação dos **serviços técnicos especializados** e à **aquisição dos equipamentos** foram posteriormente estruturados de forma distinta, em razão da natureza diversa das contratações. Todavia, sob o aspecto técnico-operacional, tais processos permanecem interrelacionados, uma vez que os equipamentos serão utilizados na execução de parte das atividades previstas no contrato de serviços, cuja execução ocorrerá de forma mista, envolvendo empresa contratada e atuação direta da Administração.

Essa circunstância não compromete a regularidade da estimativa individualizada, mas evidencia a **unidade material do projeto**, uma vez que ambas as contratações se inserem no mesmo programa público.

Diante do exposto, conclui-se que a readequação dos valores estimados foi regularmente realizada no mês de novembro de 2025, observando parâmetros técnicos oficiais e pesquisa de mercado atualizada. Os valores atualmente constantes nos autos refletem estimativa compatível com a realidade de mercado, não havendo alteração indevida do objeto contratual, mas sim aprimoramento técnico da metodologia de formação de preços.

Assim, consideram-se devidamente esclarecidas as diligências relacionadas à divergência de valores e à comprovação da compatibilidade econômica da contratação.

Submetem-se os presentes esclarecimentos à apreciação jurídica para fins de **prosseguimento regular do feito**.



Documento assinado eletronicamente por **Layene Rafaela Andrade Abreu de Carvalho, Assistente Social**, em 11/03/2026, às 11:05, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe André Pereira Cruz, Engenheiro Agrimensor**, em 11/03/2026, às 11:08, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



Documento assinado eletronicamente por **Verlane Marques da Silva, Assistente Social**, em 11/03/2026, às 11:18, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.pmt.pi.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.pmt.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **14682049** e o código CRC **F6D32155**.

**Referência:** Processo nº 00046.000272/2025-93

SEI nº 14682049

Rua Clodoaldo Freitas, 664 - Bairro Centro - - CEP 64003-850 - Teresina - PI